**Ao Juízo Da \_\_ª Vara Da Infância e Da Juventude Da Comarca De XXX – CE.**

**AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR C/C PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO EM CASA DE TERCEIRO POR CRIME DE TRÁFICO DE CRIANÇA, BEM COMO COM PEDIDO DE INCLUSÃO ANTECIPADA DE CRIANÇA NO SNA E IMEDIATA COLOCAÇÃO DA MESMA EM FAMÍLIA SUBSTITUTA QUE SEJA A PRIMEIRA DA FILA DE ADOÇÃO**

**SAJMP nº 01.2020.00016704-1**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, por seu representante legal ao fim assinado, no cumprimento de sua missão constitucional prevista no art. 129, inciso III, da Constituição Federal e com fundamento no art.** 201, incisos V e VIII, da Lei nº 8.069, de 13.07.90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA)**, neste ato agindo como** substituto processual da infante, **XXXXX**, nascida em XX de XXXX de 20XX, atualmente na posse ilegal e clandestina de BURLADORES REQUERIDOS, nesta cidade, vem, com o devido respeito, apresentar pedidos de **DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR** em face de GENITORA**,** cumulado com pedido de **BUSCA e APREENSÃO da criança em proteção, e sua INCLUSÃO ANTECIPADA NO SNA** com **IMEDIATA COLOCAÇÃO DA MESMA EM FAMÍLIA SUBSTITUTA ADOTIVA (1ª DA FILA DE ADOÇÃO LOCAL) que aceite o encargo,** assim o fazendo pelos motivos de fato e direito a seguir expostos:

**DOS FATOS**

Consoante se verifica nas peças de informação que compõem os autos SAJMP nº 01.2020.00016704-1, em XX de XXXX de 20XX, a requerida, XXXX, mãe biológica da infante em proteção, deu a luz a mesma no Hospital Geral de Fortaleza, tendo realizado a imediata entrega da criança em adoção ilegal às requeridas, **XXX e XXX**, entrega esta intermediada pela assistente social, XXX.

O caso chegou ao conhecimento deste órgão ministerial, através de comunicação oficiosa do XXXX, dando conta de atendimento ambulatorial de puerpera que manifestava a intenção de entregar a criança em gestação para adoção.

Os autos narram que as destinatárias da entrega ilegal da criança em proteção, XXX e XXX,foram devidamente cientificadas da ilegalidade do ato, bem como que o mesmo se caracterizava como Crime de Tráfico de Crianças, uma vez que XXX e XXX foram cooptadas pela SRA. fulana de tal para “ajudar” a genitora requerida e sua família com despesas e cuidados inerentes ao parto da criança, tudo sob promessa de entrega de seu nascituro em adoção para as burladoras da fila do SNA, então se apresentando como “Boas Samaritanas”:

***Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:***

***Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.***

***Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.***

E não são outros os fatos narrados nos autos, senão que as pretendentes, depois de cooptadas por fulana de tal e tudo acertado com a genitora requerida trouxeram a mesma para xxx, custearam sua hospedagem, alimentação, translados e todas as demais despesas necessárias ao parto da criança, para logo após seu nascimento, receberem, como prometido, a criança em adoção ilegal.

**DO DIREITO**

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 19-A e parágrafos, prevê a possibilidade de entrega voluntária do filho pela genitora, mediante procedimento a ser sempre realizado pela Justiça da Infância e da Juventude.

Procura-se desse modo assegurar que a genitora disponha de atendimento de saúde e de assistência social, bem como garantir que a criança seja inserida em família substituta devidamente habilitada no Cadastro Nacional de Adoção. Trata-se de um direito da mãe e da criança.

Evita-se assim o abandono da criança ou a adoção irregular, que constitui um risco a todos os envolvidos. Quando a família natural entrega uma criança para a adoção de forma irregular, a primeira consequência é a **destituição do poder familiar, nos termos do art. 1.638, V do Código Civil**.

Além disso, as pessoas que receberam a criança de forma ilegal não podem manter a guarda da criança, notadamente quando não transcorrido lapso temporal necessário para a criação de vínculos parentais por socioafetividade. Pelo contrário, o registro de filho de outra pessoa sob seu nome, sem o devido procedimento judicial, constitui o crime de adoção ilegal, tipificado no art. 242 do Código Penal.

Nestes casos, justifica-se o pedido de busca e apreensão, a fim de fazer valer a fila do SNA, tal como se pode verificar das ementas jurisprudenciais a seguir:

APELAÇÕES. AÇÃO DE AFASTAMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR E APLICAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. AÇÃO DE GUARDA. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. Apelos do pai registral, de sua esposa e da genitora da criança. Mãe que, inicialmente, demonstrara, perante o Juízo, enquanto grávida, o seu intento de entregar a rebenta à adoção. Formalidade prevista no art. 19-A, caput, do ECA, observada. Posterior falsidade da declaração no registro de nascimento. **Petiz entregue irregularmente a casal não habilitado à adoção. Situação que configuraria burla ao CNA.** Oitiva da equipe técnica pelo juízo. Admissibilidade prevista no art. 151 da Lei Menorista. Criança exposta à situação de risco. **Guarda de fato exercido pelo casal. Inexistência de vínculo de parentesco ou socioafetivo. Condição clandestina do pleito.** Contexto que não se coaduna às excepcionalidades do art. 50, § 13, do ECA. Abandono pela genitora. **Acerto da medida de proteção de acolhimento, atendendo os superiores interesses da menor, desabrigada e inserida numa família substituta.** Inteligência dos arts. 101, VII, e 98 do ECA. Decisão que preserva os princípios normativos do tema. Precedentes. RECURSOS NÃO PROVIDOS. (TJSP; Apelação Cível 1012461-38.2020.8.26.0405; Relator (a): Sulaiman Miguel; Órgão Julgador: Câmara Especial; Foro de Osasco - Vara da Infância e Juventude; Data do Julgamento: 17/05/2021)

RECURSO DE APELAÇÃO. Estatuto da Criança e do Adolescente. (i) Ação de destituição do poder familiar. Apelo tirado pela genitora em face da r. sentença de primeiro grau que julgou procedente a ação, decretando a perda de seu poder parental sobre o filho. [...] (iii) No mérito, irresignação que não prospera, por não encontrar suporte no conjunto probatório, bem valorado na tecnicamente embasada e fundamentada sentença recorrida. Genitora que, desde a gestação, sempre externou a vontade de se exonerar da autoridade parental sobre o filho assim que ele nascesse por não desejá-lo, eis que fruto de relacionamento extraconjugal e não aceito por seu companheiro. Apelante que somente não logrou êxito em entregar o filho a terceiros em adoção irregular porque, chegando o caso ao conhecimento do parquet e da autoridade judiciária competente, determinou-se o acolhimento institucional do menino tão logo nascesse. (iv) Propalada mudança de desígnios jamais espelhada nas atitudes práticas da genetriz, que nunca desenvolveu os esperados vínculos materno-filiais com o menino. (v) **Inaplicabilidade do artigo 19-A, § 8º, do ECA à espécie. Dispositivo normativo que não trata de qualquer hipótese de desistência voluntária do poder familiar e entrega do filho gestado ou recém-nascido para adoção, mas apenas da entrega feita em Juízo, após a observância de rígido procedimento** com a participação do Ministério Público e com o acompanhamento dos pais pela equipe multidisciplinar que assessora o Juízo Minoril. (vi) **Entrega do filho a terceiros em adoção irregular, por sua vez, que tem por resposta o decreto da perda da autoridade parental, na forma do artigo 1.638, inciso V, do Código Civil.** Norma aplicável ao caso mesmo que a entrega do filho a terceiros não tenha se concretizado - o que somente aconteceu por circunstâncias alheias à vontade da genitora. (vii) Inexistência de parentes aptos ou interessados em assumir a guarda do petiz. (viii) Descumprimento das obrigações do poder familiar caracterizado. Violação aos artigos 22 da lei nº 8.069/1990 e 1.634 do Código Civil. Perda do poder familiar que se justifica na hipótese dos autos, na forma do artigo 1.638, incisos II e V, do Código Civil. (ix) Infante inserto em lar substituto há cerca de 06 (seis) meses. (x) Recurso não provido. (TJSP; Apelação Cível 1002601-51.2019.8.26.0048; Relator (a): Issa Ahmed; Órgão Julgador: Câmara Especial; Foro de Atibaia - 1ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 26/11/2019)

No caso dos presentes autos, flagrante se mostra a necessidade de se verificar a ocorrência de má-fé na conduta dos requeridos, que agiram em conjunto com o escopo de burlar a fila do SNA e produzir um crime com a adoção ilegal da infante em proteção.

* **DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ADOTIVA**

Considerando o estado de vulnerabilidade vivenciado pela criança em questão, faz-se necessária a sua **imediata busca e apreensão, para que seja colocada sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la** - família substituta pretendente, habilitada e interessada em exercer o direito parental, respeitando a ordem do Sistema Nacional de Adoção.

A Antecipação de Tutela Adotiva representa uma prática real como meio de evitar a institucionalização de nossas crianças, e faz parte das estratégias que compõem o Projeto Minha Cidade, Meu Abrigo, de iniciativa do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Ceará.

Esta medida, que já vem sendo aplicada, também está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, *in verbis*:

*Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.*

*§ 4 º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e* ***determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la*** *ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.*

Portanto, nota-se que está prevista na legislação específica a possibilidade de antecipação da tutela adotiva, em vista do melhor interesse da criança, bem como do direito à convivência familiar. Cabe, então, discorrer quanto ao cumprimento dos requisitos necessários ao deferimento da tutela.

1. **DA PROBABILIDADE DO DIREITO: PROVÁVEL DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR E INSCRIÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO**

No que tange à probabilidade do direito, importa destacar que é de extrema probabilidade a extinção do poder familiar da genitora. Isso porque houve, indiscutivelmente, a entrega do filho a terceiros para fins de adoção de forma irregular, o que deve resultar na decretação de perda do poder familiar, conforme art. 1.638, V do Código Civil.

Decretada a perda do poder familiar, procede-se à inscrição da criança no Sistema Nacional de Adoção, a fim de que seja vinculada à primeira família habilitada a adotá-la e que manifeste interesse em fazê-lo.

Logo, a probabilidade do direito de antecipação da tutela adotiva decorre da inevitável perda do poder familiar, inscrição da criança no Sistema Nacional de Adoção e vinculação desta à quem for primeiro na fila de pretendentes, todas essas medidas que acontecerão tanto pela antecipação da tutela, quanto pelo trânsito em julgado desta ação.

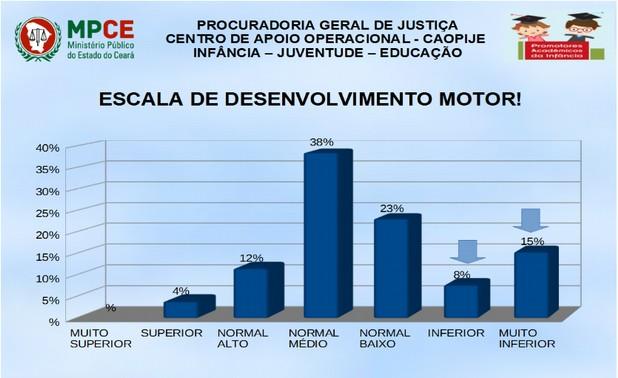
Demonstrada, portanto, a fumaça do bom direito no caso concreto.

1. **DO PERIGO DE DANO CONCRETO AO DESENVOLVIMENTO BIOPSICOSSOCIAL DA CRIANÇA EM PROTEÇÃO ANTE O TEMPO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO**

No tocante ao perigo da demora, cumpre ressaltar os riscos de danos ao desenvolvimento biopsicossocial que corre a criança institucionalizada.

Estudos da UNICEF, divulgados pela campanha #FalePorMim, em 2013, demonstram que para cada ano de institucionalização, uma criança acumula em média 4 meses de atraso em seu desenvolvimento biopsicossocial.

Ainda, estudo realizado com crianças em acolhimentos institucionais de Fortaleza concluiu que por falta de estímulos afetivos e motores adequados, estas apresentavam atraso de 6 meses, em média, em seu desenvolvimento psicomotor, sendo que 15% das crianças testadas apresentaram desenvolvimento motor de classificação MUITO INFERIOR ao normal, dentro da Escala EDM do Professor Rosa Neto, conforme tabela:



Diante das constatações científicas acima expostas, observa-se claramente o perigo de danos físicos e psicológicos a criança em proteção decorrente da sua institucionalização, especialmente se esta for prolongada, caso não lhe seja concedida a Antecipação de Tutela requerida

Percebe-se, assim, o perigo ao qual estaria vulnerável a criança em caso de demora na conclusão do feito.

1. **DA POSSIBILIDADE DE REVERSÃO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA REQUERIDA.**

Considerando o presumível cenário de que a criança protegida será, ao fim do processo, vinculada à família devidamente cadastrada e apta a adotá-la, é salutar que esta medida seja antecipada o quanto antes possível, tendo em vista que será respeitado o direito do primeiro habilitado na fila de adoção.

No entanto, no remoto cenário em que se faça necessário determinar a restituição da criança à situação de acolhimento institucional ou familiar ou a entrega à família natural de origem, não se vislumbram impeditivos a essas medidas, porquanto se pugna meramente pela guarda provisória da criança, modalidade de guarda que pode ser facilmente revertida.

Portanto, configurada a irregularidade na guarda da **FAMÍLIA IRREGULAR**, mister que seja corrigida referida irregularidade e preservada a ordem de pessoas habilitadas para a adoção legal e segura.

**DO PEDIDO**

Diante do exposto, resta clara a necessidade de imposição da presente ação de Destituição do Poder Familiar, busca e apreensão, antecipação de tutela adotiva e de medida protetiva de acolhimento, para que a infante substituída seja ao final do processo, se confirmada a irregularidade da adoção tentada pelos requeridos, inserida em família substituta por adoção o mais rápido possível, pelo que requer o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ:

1. Seja decretada LIMINARMENTE a suspensão do Poder Familiar da requerida, **GENITORA,** na forma prevista no art. 157 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em virtude da entrega do filho a terceiros para fins de adoção;
2. Que seja determinada a BUSCA E APREENSÃO da infante em proteção, bem como de todos os seus documentos pessoais que estejam em poder dos promovidos **FAMÍLIA IRREGULAR**;
3. Que seja concedida a antecipação de tutela adotiva requerida, nos termos do art. 19-A, § 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando a colocação da criança em família substituta pretendente, habilitada e interessada em exercer o direito parental, respeitada a ordem do Sistema Nacional de Adoção, sob a modalidade de guarda provisória;
4. Subsidiariamente, caso não seja possível efetivar a Antecipação da Tutela Adotiva, requer-se o encaminhamento da criança para programa de acolhimento familiar ou institucional em caráter provisório.
5. A citação dos promovidos para responderem aos termos do presente pedido sob pena de revelia;
6. Seja ao final julgada procedente a presente ação para destituir o poder familiar da requerida, **GENITORA**, retirando-se também definitivamente da posse de **FAMÍLIA IRREGULAR** a infante em proteção, com a imediata inscrição desta no SNA para fins de adoção.

Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito a serem oportunamente requeridos se necessários.

Dá-se a causa o valor de R$ 100,00 (cem reais), para efeitos meramente legais.

Município-CE, dd mês de 2021.

**Xxxxxx Xx Xxxxxxxxxxxxxxx**

**Promotor de Justiça**